

A verdade do dólar

A Delegacia do Consumidor, conforme noticiou, ontem, o *Jornal de Brasília*, inicia, nos próximos dias, uma operação para inibir o processo de dolarização da economia no Distrito Federal. A campanha, segundo se informa, inclui o indiciamento criminal dos proprietários de imobiliárias que anunciam seus preços em dólar e parte da constatação de que a dolarização chegou a tal ponto que a maioria dos imóveis de luxo tem seus preços de venda ou de aluguel fixados na moeda norte-americana.

Não resta dúvida que toda prática ilegal deve ser coibida. É certo também que, numa situação de instabilidade econômica ou simplesmente de inflação elevada, sem maiores sobressaltos na rotina da economia, sempre surgem aproveitadores. A questão da dolarização da economia brasileira, entretanto, é mais complexa e de pouco ou nada servirá investir contra uma de suas manifestações. A verdade é que a dolarização é muito mais ampla do que se supõe. Não são somente os imóveis de luxo da capital que são cotados em dólar, o que, aliás, era justificado a princípio pelo fato de visarem aos diplomatas acreditados no País.

Basta observar o noticiário: as obras públicas, mesmo que não sejam financiadas por organismos de crédito internacionais, geralmente têm seus custos dolarizados. As campanhas eleitorais de 92 para prefeitos das capitais estavam orçadas em dólar. Se isto ocorre em nível de Estado — que tem entre suas prerrogativas essenciais o controle da moeda — como evitar que o fenômeno ocorra também na área privada? Se a chamada economia informal gera o equivalente à metade do Produto Interno Bruto, como se estima e se, como avalia a Receita Federal, a sonegação e evasão fiscal correspondem a Cr\$ 0,98 para cada Cr\$ 1,00 arrecadado, tudo isso sob uma inflação da ordem de 1% por dia útil, e uma crescente abertura do País às importações, a busca de uma moeda estável e paralela à oficial é inevitável.

Os automóveis importados são a sensação do mercado de produtos de consumo

duráveis. Em que moeda seus preços são fixados e anunciados? Em dólar, é claro. Alguns produtos e serviços são tradicionalmente dolarizados: as passagens aéreas e os pacotes turísticos externos, por exemplo. Outros itens cuja produção ou comercialização está fortemente ligada ao mercado internacional também têm como referência a moeda norte-americana. Produtos de informática são, em grande medida, cotados ao câmbio do dia e qualquer produtor de soja do País, por menos interesse que tenha por imóveis em Brasília ou automóveis importados, sabe a cotação do produto em dólar. A dolarização não se limita à capital ou às áreas cosmopolitas. Estamos em meio à safra de verão. Os agricultores que utilizaram fertilizantes e defensivos, ao comprar esses insumos, encontraram seus preços cotados em dólar.

No Sul do País, o comércio foi autorizado a indicar os preços dos produtos à venda em cruzeiros e em dólar. A justificativa foi facilitar a vida dos turistas argentinos que, nesta época do ano, chegam aos milhares. O mesmo ocorre com o aluguel dos imóveis nas praias da região. Além de simplificar a negociação com os estrangeiros, cuja economia é legalmente dolarizada, evitando uma dupla conversão de moeda diária, a prática assegura aos locadores que, no caso de locatários brasileiros, o valor recebido no dia do pagamento será o mesmo.

A dolarização ou a indexação de preços segundo outra moeda qualquer, quando atinge tais proporções, não é produto da especulação ou da ação de espertalhões. É a evidência mais cabal da fragilidade e do descrédito da moeda nacional, que já não serve como equivalente geral ou como reserva de valor. Afinal, o que esperar numa economia onde um litro de leite quase exige cinco dígitos para indicar seu preço e onde o salário mínimo superou a casa do milhão? A propósito, qual foi o critério para a fixação do salário mínimo de janeiro e indicador da política salarial a ser seguida pelo atual governo? A paridade em US\$ 100.